

**CONTRIBUICAO PARA DEFINICAO DE UMA ESTRATEGIA
DE AGRICULTURA SUSTENTAVEL PARA O HUAMBO**

Fernando Pacheco

Huambo, 7 de Outubro de 03

INTRODUCAO

Com esta comunicação ao workshop “Huambo, novos tempos, novos desafios” pretendo dar o meu contributo para a reflexão sobre os desafios que se colocam neste momento à província do Huambo para a definição de estratégias para o seu desenvolvimento, no quadro mais geral do dialogo sobre o desenvolvimento de Angola, algo que parece extremamente importante num momento em que a sociedade civil angolana procura afirmar-se e conseguir espaços de intervenção junto das instituições a quem compete definir as políticas publicas. Esse e, também, um dos propósitos perseguidos pela ONG de que sou membro, a ADRA- Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, cuja missão é, em linhas gerais, procurar caminhos que visem a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável para Angola, que tenha em conta as condições de vida das populações desfavorecidas e a sua participação no reforço da sociedade civil.

A minha comunicação divide-se em três partes. Na primeira procuro, com base num texto meu produzido há alguns anos¹, mostrar algumas incoerências das políticas de desenvolvimento agrícola seguidas em Angola desde a independência e que se têm mostrado pouco sustentáveis, com incidência particular no Huambo. Na segunda, lanço algumas ideias fundamentais para a compreensão de uma proposta de agricultura sustentável. E, finalmente, na ultima parte, emito algumas opiniões que espero que sejam entendidas apenas como uma contribuição modesta para um debate mais profundo e alargado sobre o futuro da agricultura no Huambo numa base sustentável.

1 – OS CAMINHOS DE UM DESENVOLVIMENTO POUCO SUSTENTÁVEL

Quando nasceu como país independente, Angola apenas tinha 15% de população a viver nas cidades. Esse facto era tão marcante que ainda hoje, no velho habito de utilizarmos “clichés”, muitos políticos, jornalistas e ate técnicos continuam a citar essa cifra, indiferentes às extraordinárias mudanças que, entretanto, ocorreram. Aquela cifra significava, entre outras coisas, que para um consumidor urbano de produtos agrícolas havia pelo menos quatro produtores rurais dos mesmos. Até 1973, o principal produto de economia angolana era o café, que só nesse ano cedeu, definitivamente o seu lugar ao petróleo, e grande parte da economia colonial repousava no sector primário. Como resultado da turbulência da transição política de 1974/75 o país viu-se afectado, de forma drástica, a nível de recursos humanos ligados a industria, à construção civil, aos serviços e ao comercio. Nessas condições, definir agricultura como a base do desenvolvimento económico e social do jovem país nascente, fazia todo o sentido.

Acontece, porem, que essa definição jamais teve correspondência pratica. A opção revolucionaria de época – alicerçada na aliança operário-camponesa como força dirigente e principal – fazia pensar que seria importante o estabelecimento de um

¹ Para cá do petróleo: a agricultura angolana em questão, Luanda, 1997 (ciclistilado). Texto apresentado no ciclo de conferências “Angola contada por angolanos”, promovido pela Alliance Francaise .

Fernando Pacheco, agrónomo e Presidente da ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. Comunicação do Workshop “Huambo, novos tempos, novos desafios”, realizado na cidade do Huambo, 8/10/03

pacto social entre o Estado e o partido que o dirigia, (MPLA) de um lado, e os camponeses, do outro, por forma a permitir e garantir o envolvimento e participação efectiva destes na definição das políticas a vários níveis. Ao contrario do que aconteceu com outras classes e grupos sociais, o MPLA não estimulou a organização dos camponeses, só vindo a acontecer a criação da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) em 1990, quando o modelo chegava ao fim.

Em sintonia com a sua opção ideológica e com o seu modelo de Estado e de desenvolvimento económico, o MPLA adoptou uma estratégia agrícola baseada nas empresas estatais e nas cooperativas de tipo socialista. Tal estratégia chocava frontalmente com o nível de desenvolvimento das forças produtivas do país, principalmente no que se refere aos recursos humanos. A população camponesa era, quase toda, analfabeta, principalmente em termos funcionais. O numero de agrónomos e veterinários angolanos era irrisório, na medida em que o centro universitário do Huambo era frequentado predominantemente por portugueses até a data da independência. Por outro lado, as condições de vida no campo, naquela época, eram pouco atractivas devido ao abandono dos portugueses e a guerrilha que começava a se instalar. Como resultado dessa estratégia, cerca de um milhão de famílias camponesas foram praticamente abandonadas a sua sorte. Sem mercados e sem um sistema de comercio rural (desarticulado pelo abandono dos portugueses) os camponeses viram-se obrigados a reduzir as suas áreas de cultivo e remetidos à quase subsistência.

Em minha opinião, esse “abandono” dos camponeses aconteceu, em grande medida, devido à natureza do poder instalado, de raiz urbana, a sua posição relativamente ao conhecimento e ao seu encanto em relação ao petróleo. Como se sabe, as distintas formas de conhecimento são geradas e sustentadas por determinadas praticas sociais. As elites dirigentes, não reconhecendo outras formas de conhecimento que não fossem aquelas que conformavam uma realidade que não existia para além da sua construção teórica e do seu discurso, favoreceram a exclusão social de quantos procuravam outras praticas e outros níveis. A falta de interesse sobre o conhecimento das populações rurais e dos seus sistemas de vida e organização social e económica, justificava-se porque elas, as populações, não eram necessárias para a alimentação das cidades. O petróleo atingira níveis de produção elevados e o seu preço no mercado internacional – após o chamado primeiro choque petrolífero motivado pela guerra israelo-arabe de Yom Kippur – proporcionava ao Estado angolano divisas que permitiam certas “veleidades”. Apesar das deficiências na distribuição de bens, o petróleo garantia o essencial para a alimentação urbana. Porque investir, então, num conhecimento que não tinha utilidade pratica visível e imediata?

Essa atitude perante o conhecimento por parte dos governantes angolanos desde os primeiros tempos de independência tem sido, no meu entendimento, catrastófica. Impediu, desde logo, que se desse seguimento a uma política que os portugueses haviam iniciado na década de 60, após constatarem que só um conhecimento científico da terra e das gentes angolanas poderia suportar a modernização da economia e o desenvolvimento acelerado do território. Foi essa atitude que explicou a criação da Universidade e dos Institutos dos quais destaco aqui o Científico, o Agronómico e o Veterinário – estes dois últimos exactamente aqui na cidade do Huambo – consubstanciando reformas cujos frutos começaram a amadurecer no principio dos anos 70. Foi nessa altura que se sentiu uma viragem no sector agrário (a

extensão rural e as cooperativas de café no Uíge são dois exemplos), com experiências de modelos que já após a independência foram abandonados ou esquecidos.

Mas, ao contrário do que é veiculado através do senso comum, e até por certos fazedores de opinião, não se pode pensar que a agricultura angolana era um “modelo” de virtudes. Em primeiro lugar, porque, apesar dos mitos que se referem, Angola não é um paraíso para a agricultura. Essa falsidade faz parte da herança mitológica brindada pelos portugueses. Pelo contrário, fruto de tal investimento no conhecimento feito pelo poder colonial, sabia-se já naquela altura que o território não estava isento de irregularidades climáticas com carácter cíclico e que a ocorrência dos solos férteis é muito rara. O caso do Planalto Central onde nos encontramos – e do Huambo em particular – é paradigmático, pois, falando da época imediatamente anterior a independência, o conhecimento científico já permitia concluir que tal região não era, nem tinha condições para ser o celebrado celeiro de Angola, em contraste com que os políticos e o senso comum garantiam. Pelo contrário, para a maior parte desse território, fustigado pela pressão demográfica, pela sobre-exploração das terras, pelo uso indevido de técnicas culturais e pela erosão, só poderia ter serventia produtiva através de sistemas de produção agro-silvo-pastoris, na linha de soluções técnicas que fazem hoje moda noutras regiões do mundo tropical, pois, caso contrário, poder-se-ia estar a caminhar para um desastre ecológico como aconteceu no Planalto da Etiópia.

A segunda razão tem a ver com a estrutura da produção agrária. Esta, ainda falando da época anterior à independência, assentava em dois tipos agrários em consonância com padrões culturais, sociológicos, e económicos distintos do ponto de vista dos objectivos, do tipo de relação entre as unidades de produção e os agrupamentos humanos a elas ligados, da posição perante o mercado, da atitude perante o cálculo económico, da estrutura dos custos de produção e dos fluxos de energia. Falava-se então, de um sector familiar ou “tradicional” e de um outro empresarial ou patronal ou “moderno”, o que no fundo revelava como que um certo “dualismo” – que se sabe não existir no estado “puro” – entre a agricultura “indígena” (no sentido de endógena) ou dos africanos e a dos europeus.

Segundo a Missão dos Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) existiam em 1971/72, para a maior parte do território, mais de um milhão de unidades familiares com uma superfície média de 3,9 hectares, o que representava um acentuado decréscimo relativamente a media registada em meados da década de 60 que era de 9,2². Essa redução emergia em grande medida da política fundiária do governo colonial, e especialmente das práticas abusivas e ilegais da administração, e resultava na redução dos pousios, no decréscimo do nível de fertilidade dos solos e degradação dos mesmos e na redução da produtividade e dos rendimentos, acarretando com isso uma tendência para o minifúndio e para a inviabilização das unidades familiares. Esse sector familiar era responsável pela esmagadora maioria da produção comercializada de milho (88%), de mandioca (100%), de feijão (94%), de amendoim (100%) e de batata (71%) e tinha ainda um peso significativo na produção de café (30%), arroz

² Estes números são praticamente idênticos aos específicos da província do Huambo. Segundo dados da MIAA a redução foi de quase nove hectares para quatro hectares em termos de área vinculada e não cultivada. No mesmo período a dimensão das reservas passou de 3,35 ha para 1,20. Isto dá uma ideia da enorme injustiça que caracterizava a estrutura agrária do Huambo e dos riscos que os sistemas de produção corriam em termos de sustentabilidade.

(21%). Não se tratava, portanto, de uma agricultura de subsistência, como muitas vezes se pretende fazer crer, e é necessário realçar a sua importância quando se exalta a agricultura colonial.

O sector moderno, por sua vez, integrava quase 6.500 empresas com uma área média de 700 hectares, dos quais quase 90% se encontravam sem utilização, pelo que o aproveitamento da área afecta a este sector era de pouco mais de 10%. Importante empregador de força de trabalho (quase 300 mil trabalhadores sem incluir os eventuais), dedicava-se fundamentalmente à produção para a exportação (café, sisal, algodão e banana), à pecuária de carne e leite e à avicultura.

Apesar do desequilíbrio entre os dois sectores face ao acesso às terras, às tecnologias e ao crédito, não se pode dizer que os desempenhos económicos fossem significativamente diferentes. J. Carriço e J. Morais demonstraram na época que, para o caso do Planalto Central, a produtividade e o rendimento bruto das unidades de produção “modernas” por unidade de superfície não apresentavam significativas diferenças em relação às unidades familiares³. Para a região pastoril do sudoeste (complexo de ordenha) E. Cruz de Carvalho constatou que o sistema “ranching” (“moderno”) existente nos anos 70 no Zimbabwe (estudado através de dados estatísticos) não apresentava produtividade muito superiores às das manadas familiares dos pastores angolanos do sudoeste, e essa superioridade seria anulada se fossem contabilizadas todas as produções dos rebanhos (principalmente o leite) e não apenas a carne⁴. Estes são apenas dois exemplos que podem por em causa as teorias da superioridade do sector “moderno” em relação ao familiar.

A actividade agrícola no seu todo, abrangendo cerca de 85% da população era responsável apenas por 12% do Produto Bruto Interno e enquanto a população crescia a um ritmo de 2-3% ao ano, o Produto Agrícola Bruto apresentava um crescimento anual de apenas 1%⁵. A isso não eram estranhos os baixos níveis de incorporação de capital e de utilização de matérias intermédios. Um exemplo apenas; o consumo de adubos era da ordem dos 80 quilos por habitante na Europa, numa altura em que o consumo mínimo recomendado pela FAO para a África era de 9 quilos por habitante⁶.

A própria administração portuguesa reconhecia o mau desempenho do sector agrícola devido aos defeituosos sistemas de assistência técnica, pois, de acordo com um documento oficial da época, “os resultados estão longe de corresponder aos investimentos nele feitos, ficando muito aquém dos obtidos nos demais sectores”⁷. Mas não se tratava apenas de uma questão técnica. Recorrendo novamente a um exemplo, não posso deixar de clamar contra o facto de não existir para a cultura da mandioca, de longe aquela com maior cultivo, um programa de pesquisa e de fomento consentâneo com a sua importância. As Faculdades de Agronomia e medicina veterinária e também a Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro não valorizavam de modo nenhum os sistemas de produção praticados pelos camponeses

³ Carriço, Jacinto e Morais, Júlio – Perspectivas do desenvolvimento regional do Huambo, Instituto de Investigação Agronómica de Angola, Nova Lisboa, 1971

⁴ Carvalho, E. Cruz de – “Traditional” and “Modern” patterns of cattle raising in south west of Angola: a critical evaluation of change from pastoralism to ranching, in *The journal of developing areas*, 8/1/74

⁵ IV Plano de Fomento. Para uma estratégia do desenvolvimento agrário, Luanda, 1971.

⁶ IV Plano de Fomento. Idem

⁷ IV Plano de Fomento. Idem

angolanos. Situada no coração da região que dispunha dos melhores agricultores angolanos, essas faculdades (criadas em 1963) só em 1972 admitiram o primeiro estudante de fala umbundu.

O que mostro acima permite concluir que se estava já em presença de uma crise de natureza estrutural e que só profundas reformas económicas e sociais poderiam debelar. Era exactamente por isso que o IV Plano de Fomento do governo português – gizado para o período d1973-78 – previa a tomada de uma serie de medidas, no quadro mais geral das reformas empreendidas a partir de 1961, primeiro tímidas e atabalhoadas, e depois melhor pensadas e estruturadas, mas nunca devidamente implementadas. Aqui punha-se em causa o modelo até então adoptado, perspectivando-se um linha de acção que tivesse maior preocupação com o homem, a promoção sócio- económica das populações, a repartição mais equilibrada dos rendimentos e a correcção dos desequilíbrios regionais.

A análise dos elementos da MIAA reportados as décadas de 60 e 70 permite concluir que não era verdadeira, para todo o território, a ideia da existência generalizada de sistemas de agricultura de subsistência ou de quase subsistência, procurando-se assim justificar uma pretensa superioridade do sector empresarial ou patronal sobre o familiar em termos de eficiência económica. Se exceptuarmos as extensas e pouco povoadas regiões do leste onde era licito falar de economias de subsistência ou de recollecção, nas restantes grandes regiões agroecologicas as estratégias dos agricultores eram motivadas , não apenas para a subsistência alimentar, mas também para a produção de excedentes comercializáveis, que registavam no cômputo geral do país uma media superior a 54%. Tal percentagem só não era superior porque os níveis de produtividade eram extremamente baixos. Essa situação terá sido fruto de um mecanismo accionado pelo governo português para monetarizar as economias camponesas e integra-las na economia global de Angola e nos mercados internacionais, através da imposição de impostos e culturas obrigatórias de rendimento numa primeira fase, mas que os camponeses angolanos aproveitaram de uma forma engenhosa, muitas vezes em termos de valorização dos seus produtos alimentares de base, como foi o caso do milho e da mandioca que, sem perder o seu caracter fundamental de autoconsumo, passaram em muitas regiões a constituir autenticas culturas de rendimento . Foi possível, assim, uma transformação gradual da agricultura de subsistência para uma agricultura de trafico, que em algumas regiões, como no caso do Planalto Central, estaria já em evolução para uma agricultura comercial, mau grado todas as distorções que caracterizavam o mercado então existente.

Porem, essa transformação teve efeitos perversos, na medida em que pôs em causa o equilibrio ecológico das regiões, principalmente naquelas onde a presença de unidades de produção alóctone era maior, como é o caso do Planalto Central. A sustentabilidade desses sistemas agrícolas foi afectada e explicam grande parte das dificuldades enfrentadas pelos camponeses, hoje, e o seu elevado nível de pobreza.

Estudos realizados nos últimos anos do período colonial e outros mais recentes demonstram que os camponeses angolanos, como de resto acontece também noutras paragens, não são de modo algum refractários às ideias de progresso e de mudança, confundindo-se muitas vezes esse fenómeno com a desconfiança própria de quem conhece secularmente o meio onde vive e produz e não se aventura em processos de

mudança mal pensados que possam por em perigo o delicado equilíbrio social e ecológico que caracterizam a sua vivência.

Pode-se assim concluir que, ao contrario do que è veiculado através dos mitos, a crise da agricultura angolana não é recente, e está alicerçada em problemas ecológicos e estruturais não resolvidos a data da independência. As guerras que se lhe seguiram, aliadas às políticas desajustadas que foram sendo implementadas, não fizeram mais do que agravar essa mesma crise.

Infelizmente nao dispomos hoje de estatísticas que permitam avaliar o grau de desempenho de cada um dos sectores e fazer comparações. Mas a simples observação dá a possibilidade de concluir que hoje, em Angola, o sector empresarial, apresentando alguns traços gerais do passado, tem pouca expressão e a sua influencia no mercado e ainda pouco significativa, apesar de certa animação recente. Pelo contrario, o sector familiar, “esquecido” pela economia formal, tem permitido a satisfação mínima das necessidades das populações quando em situação de não deslocadas, e é notória a sua revitalização recente, tendo o Ministério da Agricultura admitido um crescimento de ordem de 30% na ultima campanha agrícola. È esse sector que alimenta o comercio rural efectivo, traduzido num sistema de circulação e distribuição de produtos agro-pecuários à margem de (ou até mesmo contra) qualquer esquema de enquadramento oficial, e que integra uma rede de produtores, transportadores e comerciantes anónimos trabalhando em condições penosas e por vezes degradantes. Verifica-se assim que o mercado dito informal, que muitos continuam a ignorar, é, afinal, o *mercado* de que nos realmente dispomos.

Já disse em outras ocasiões que qualquer programa de reactivação do comercio rural será um fracasso (como outros foram) se não tiver em conta esses actores, aqueles que garantem a circulação de mercadorias de forma missiva. Substituir a criatividade, a imaginação e a energia populares por um sistema burocrático, não é a solução mais indicada, até, porque, em desenvolvimento, esta provado que o modelo da substituição não é eficaz. A rede de produtores, de gente que compra e vende (os que *kaulam*, no dizer do povo), de transportadores, de novo gente que compra e vende, até ao consumidor final, corporiza o verdadeiro sistema de comercialização. É uma rede densa, que provoca o aumento dos preços, é certo, mas que permite ocupação de muitas pessoas que, se não fosse isso, estariam no desemprego. E que confere alguma sustentabilidade ao sistema.

Como corolário do que venho explanando até aqui, não hesito em afirmar que os interesses das elites angolanas que gravitam à volta do petróleo provocaram o abandono da agricultura e das áreas rurais e a exclusão dos camponeses – embora existam ilhas onde isso não seja verdadeiro. O cenário dos próximos cinco anos, representa um aumento de produção do petróleo para cerca de 1,5 milhões de barris/dia e isso pode significar, também, o aumento do numero de excluídos. Não posso deixar de alertar para o perigo que isso representa, servindo-me das palavras de um conhecido teórico do neo-liberalismo (Ralf Dahrendorf): Cuidado com a exclusão social, pois trata-se presentemente de um dos maiores perigos para a democracia, e eu acrescentaria, para a paz e para o desenvolvimento económico.

Afinal, porque e o nosso desenvolvimento pouco sustentável? Procurando uma resposta para esta questão, enumerei os seguintes pontos:

1. Porque está dependente de um recurso natural não renovável que é o petróleo;
2. Porque não tem suporte no conhecimento científico do território e da sociedade e das comunidades;
3. Porque se apoia em mitos e não na realidade;
4. Porque não tem referências de respeito e preservação do ambiente;
5. Porque está muito condicionado a factores externos;
6. Porque não se tem em conta que a agricultura, mais do que uma actividade económica, é um modo de vida de cerca de metade da população;
7. Porque não se alicerça no desenvolvimento dos recursos humanos do país;
8. Porque não assenta em instituições que digam respeito a população, isto é, aos actores do processo social;
9. Porque lhe falta dimensão social;
10. Porque não há participação efectiva dos actores mais interessados nas definições das políticas públicas e nos processos de tomada de decisão.

II – OS FUNDAMENTOS DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade é hoje quase banal para quem lida com questões do desenvolvimento. No limite, há quem ache “politicamente incorrecto” não adjectivar a palavra “desenvolvimento” com “sustentável”. No nosso país o conceito é geralmente “estranho” e, também aplicado, muitas vezes, fora do contexto, por quem, defendendo posições distintas (ou mesmo opostas) o utiliza devido à sua popularidade.

Mas, o que significa realmente sustentabilidade? De acordo com um dicionário, sustentabilidade é a “manutenção contínua de um esforço”, ou “a capacidade de desviar e de impedir de cair”. Mas também, se refere muitas vezes à “capacidade de defender”. Para outros, a sustentabilidade é um conceito dinâmico relacionado com a capacidade de adaptação de um sistema (social, económico, agroecológico). Quando aplicado à agricultura o conceito tem a ver com a capacidade de se garantir o nível de produtividade de um sistema e de manter a base de recursos a níveis satisfatórios. Assim, um sistema agro-pecuário é sustentável se for capaz de se recuperar de perturbações e de adaptar a novas condições externas (como, por exemplo, o mercado), mantendo a sua vitalidade. De acordo com T. Gibs, um sistema de agricultura é sustentável quando é ecologicamente correcto (com um bom equilíbrio no uso dos recursos naturais renováveis), economicamente viável (garante a auto-suficiência dos agricultores e a remuneração do trabalho e dos custos), socialmente justo (pela defesa dos direitos dos agricultores e satisfação das suas necessidades básicas) e adaptável (pela capacidade de ajustamento às transformações tecnológicas em consonância com as inovações sociais e culturais). Há quem refira, noutra perspectiva, que a sustentabilidade tem a ver fundamentalmente com dois eixos – a garantia da reprodução dos recursos renováveis e a garantia de controle dos processos tecnológicos pelos recursos humanos disponíveis. Nesses termos a agricultura sustentável opõe-se à produtivista, isto é, aquela em que a ênfase é colocada nos aumentos de produção obtidos à custa do incremento e da eficácia dos “inputs” materiais e tecnológicos, sem ter em conta a apreensão do processo pelos produtores.⁸

⁸ A parte teórica desta capítulo tem como suporte dois trabalhos: um de Coen Reijntjes e seus colaboradores – Agricultura para o futuro, publicado pelo ILEIA/ETC Foundation (Holanda) e pela Assessoria e Serviços a Projectos em Agricultura Alternativa (Brasil) em 1992; e Agricultura e Pobreza – Construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil, da autoria de Domingos Armani e seus colaboradores para a ICCO (Holanda) em 1998

Tendo em conta o que se refere, existe uma certa tendência de se associar a agricultura familiar a agricultura sustentável. Isso nem sempre acontece, na medida em que a influência de factores externos sobre os sistemas agrícolas é muito variável. Frequentemente encontram-se nas comunidades rurais elementos culturais inibidores de um processo de desenvolvimento sustentável por não favorecerem o respeito pela natureza, a participação, a democratização ou o fortalecimento das posições da mulher ou dos jovens.

Os sistemas agrícolas praticados tradicionalmente pelos camponeses angolanos, tal como acontece frequentemente no mundo tropical, são o resultado de um longo processo de evolução e adaptação, no qual se produziram equilíbrios entre as comunidades e os recursos disponíveis. São sistemas onde a lógica do produtor é comandada pela maximização da segurança, visto o propósito último de satisfazer as necessidades alimentares das famílias. Porém, em Angola existem casos em que tal lógica foi subvertida pelas transformações originadas pelo mercado e pela implantação de população alóctone. É o caso do Planalto Central, onde se assistiu, após o colapso das caravanas no início do século XX, e coincidindo com a sua ocupação pelos portugueses, a uma transformação rápida de uma agricultura de subsistência praticada essencialmente por mulheres, para uma agricultura de tráfico ou mesmo para uma agricultura comercial, em que se conseguiu uma boa articulação entre os conhecimentos ecológicos por parte das mulheres e os relativos ao mercado por parte dos homens. Os grupos humanos que se fixaram no Planalto Central no prosseguimento da expansão bantu implantaram e desenvolveram um sistema de utilização da terra que não se afigura diferente dos praticados por outros povos d'África intertropical, e ao qual ainda hoje muitos designam, impropriamente, por sistema de agricultura itinerante. Trata-se, na verdade, de um sistema que faz recurso a longos pousios, podendo acontecer que a retomada de uma mesma parcela só venha a ocorrer entre cinco a trinta ou mais anos depois, consoante o nível de fertilidade anterior e o nível de intensificação cultural. Porque o novo tipo de agricultura exigia mais espaços, e porque a introdução da tracção animal permitiu a criação desses espaços, e ainda porque se acelerou o povoamento europeu, aumentou a pressão sobre a terra, os solos degradaram-se, a floresta deu lugar à savana e o equilíbrio rompeu-se. Como no interior do sistema não foi possível encontrar soluções para a questão da fertilidade, a agricultura umbundu deixou de ser sustentável e passou a depender fortemente de um poderoso elemento externo – o fertilizante químico, cujo uso provoca outro tipo de distorções, como por exemplo a acidez dos solos. Eis um bom exemplo, no caso de Angola, de como a agricultura deixa de ser sustentável. Mesmo com o fim da guerra, existem vastas regiões do Planalto onde dificilmente se poderá retomar o nível anterior de sustentabilidade, como são os casos da periferia dos centros urbanos e do corredor ao longo do Caminho de Ferro de Benguela. Um estudo realizado em meados dos anos 90 mostra que, mesmo em condições de pousio de cerca de 15 anos, ou de bosque de exóticas instaladas há mais de 25 anos, os níveis de fertilidade são preocupantemente baixos, a exigirem sempre a incorporação de aditivos químicos ou orgânicos⁹.

⁹ Ver Marcelino, Beatriz – Assessment of slowly exchangeable potassium reserves in some african ferral soils, PhD Thesis, SAFE, Cranfield University, UK, 1996.

Tendo em conta as intervenções externas e as crescentes necessidades das populações, os sistemas agrícolas nos trópicos tendem a alterar-se de forma a aproximarem-se de um dos seguintes extremos:

- Uso intensivo de factores externos, conformando um tipo de agricultura que se designa por HEIA (High External Input Agriculture, ou agricultura intensiva com elevado nível de “inputs” externos);
- Uso intensivo de recursos locais, com a máxima redução possível de emprego de “inputs” externos, originando um tipo de agricultura designado por LEIA (low external input agriculture, ou agricultura de baixo uso de inputs externos)

A HEIA depende, em grande medida, de fertilizantes químicos, pesticidas, sementes híbridas, mecanização com motores baseados em combustíveis fósseis e, muitas vezes, irrigação. É um tipo de agricultura que consome recursos naturais não renováveis em ritmo alarmante, intensiva em capital e claramente orientada para o mercado. HEIA só é viável em condições ecológicas relativamente uniformes e controláveis e se dispuser de serviços de distribuição, extensão, comercialização e transporte adequados. É um tipo de agricultura encontrado em áreas de “alto potencial” e com “recursos abundantes”, o que não é frequente em Angola.

A LEIA também designada por Agricultura de Recursos Subvalorizados (Chambers), é praticada em regiões complexas, diversificadas e sujeitas a riscos. O ambiente e a infra-estrutura comercial não permitem o uso generalizado de “inputs” adquiridos no mercado. Estima-se que mais de 1,5 mil milhões de pessoas dependem desse tipo de agricultura para sua sobrevivência em todo o mundo e é o mais frequente em Angola. Nas regiões de LEIA o crescimento da produção é normalmente inferior ao da população. As terras são em regra exploradas para além da sua capacidade de suporte, e isso ocorre geralmente nos casos em que há competição de terras com o sector “moderno”. A utilização excessiva e à expansão de novas áreas levam ao desmatamento, ao empobrecimento do solo e a vulnerabilidade a ataques de pragas e doenças, num processo de degradação que provoca a desintegração económica, social e cultural. O Planalto Central, para o qual vários autores fizeram um diagnóstico idêntico, e que tenho vindo a referir, é, infelizmente, um exemplo paradigmático desta situação.

Em sistemas LEIA a biomassa gerada, deduzida a produção extraída pelo homem, é reinvestida para se manter o nível de fertilidade e a estabilidade biológica do sistema o que nem sempre é possível. Em sistemas HEIA, a substituição de “inputs” internos naturais por inputs externos, como fertilizantes, e a substituição de processos naturais por outros controlados pelo homem, torna possível a extracção de maior quantidade de produto do agroecossistema. Só que a passagem de um sistema para outro tem enormes custos, financeiros, sociais e ecológicos. Por outro lado, a crescente estagnação da taxa de crescimento de produção em sistemas HEIA levantou fortes dúvidas quanto à segurança a longo prazo da produtividade desses sistemas, que sobrevivem muitas vezes graças aos poderosos subsídios com que os agricultores são contemplados.

Por essa razão, surgem hoje, nas regiões pobres dos trópicos, de baixo potencial, organizações a promoverem um outro tipo de sistemas, os sistemas LEISA (low external input and sustainable agriculture, ou seja agricultura sustentável e de baixo

uso de inputs externos) partindo da ciência agroecológica, do conhecimento local ou nativo, de novos direcionamentos para a ciência agrária convencional e das experiências práticas dos agricultores e extensionistas.

Os sistemas LEISA não tem como objectivo a maximização da produção a curto prazo, mas a maximização da segurança, isto é, um nível estável de e adequado de produção a longo prazo. É um tipo de agricultura que se ajusta as políticas, hoje em voga, de desvalorização das taxas de cambio, de redução de subsídios estatais, de extinção do controle de preços, de corte de gastos e das intervenções governamentais, o que faz reduzir a procura de produtos importados e estimular a compra de bens localmente produzidos.

Defender sistemas LEISA não é defender uma agricultura de pobreza, como muitos pretendem fazer crer, mas é realmente defender uma agricultura acessível aos pobres. O que se procura é um caminho adequado e de baixo custo para os agricultores com pouco recursos poderem aumentar, de forma segura e por elas controlada, os seus rendimentos, em situações complexas do ponto de vista ambiental e económico. Esse caminho não é a *solução* para os problemas agrícolas nas regiões pobres dos países tropicais mas pode ser *uma contribuição valiosa* para uma solução de alguns deles.

A promoção de sistemas LEISA e a agricultura em pequena escala como fundamento para a segurança alimentar, são hoje entendidas como fundamentos para a segurança alimentar, como recomenda a Agenda XXI adoptada na cimeira do Rio de Janeiro de 1992. Para isso, entretanto é necessário pensar em mudanças institucionais, em promover um desenvolvimento institucional que combine as dimensões agroecológicas, socio-económicas e políticas, procurando, ao mesmo tempo e no caso de Angola: a) colocar a situação da agricultura sustentável no centro do debate e da pesquisa; b) favorecer uma interacção institucional e uma sinergia com a sociedade envolvente em bases sólidas; c)impulsionar a criação e a sustentabilidade de organizações promotoras de agricultura sustentável, e a sua evolução para instituições capazes de influenciar as mudanças. É nesse quadro que se insere o crescente interesse pelas ONG's e pelas associações de agricultores de base, algo que em Angola ainda tem muito pouca consistência mas que se vai ensaiando no Huambo, mas também a defesa de uma reforma profunda das instituições do Estado.

III – CONCLUSÃO: UMA CONTRIBUICAO PARA UMA ESTRATÉGIA PARA A AGRICULTURA SUSTENTAVEL NO HUAMBO

Para quem se preocupa com os problemas da agricultura do nosso país, como questão central de um desenvolvimento sustentável para Angola e como forma de vida de cerca de metade da população (ou talvez mais, as estatísticas não são fiáveis) é doloroso verificar o alheamento e a quase indiferença por parte de diversos poderes do país em relação ao assunto. É ainda mais doloroso verificar que se pretendeu justificar com a guerra uma posição que é essencialmente política e deriva da natureza do poder e da atitude das elites para com o conhecimento (em sentido lato) e para com as populações ditas desfavorecidas.

A centralização do poder em Luanda é nefasta para o país, quando mais não seja porque determina que a maquina burocratico-administrativa seja dominada por pessoas que não tem sensibilidade para os problemas do interior do país, do campo, da

agricultura. O petróleo, como disse atrás, garante a importação de bens alimentares. Os jornais quase não tocam no assunto, e quando o fazem, salvo uma ou outra exceção, e para debitemos lugares comuns ou veicularem as estratégias inadequadas. Quem se lembra, por exemplo, de alguma vez ser ouvido na Assembleia Nacional um debate sobre os problemas da agricultura do país como sempre acontece em quase todo o mundo, incluindo o desenvolvido?

Uma vez mais afirmo que me parece necessário, antes de tudo, colocar a agricultura e o meio rural no centro do debate sobre a sociedade angolana, onde nunca chegou a estar desde a independência, para que se possa promover uma consciência cívica nacional sobre o caminho a percorrer na procura de um desenvolvimento sustentável.

Por muito que nos custe, temos de admitir a nossa ignorância sobre o mundo rural, incluindo, até, sobre a forma como se estabelecem as relações de poder e funcionam as instituições a nível das comunidades. Então, é preciso promover esse conhecimento e procurar estabelecer os fundamentos de um desenvolvimento local participativo, condição para um desenvolvimento sustentável.

A agricultura angolana, com todos os seus problemas que referi, tem toda a possibilidade de ser viável e contribuir para o desenvolvimento do país. Para tal são apenas necessárias boas políticas e boas instituições para as implementarem.

Estando o país a sair de uma guerra longa e trágica e tendo em conta o elevado nível de pobreza que atinge as populações rurais, não vejo outra alternativa imediata para a redução da pobreza que não passe por uma aposta séria na agricultura, pois a situação actual é insustentável. Considerando a falta de recursos financeiros, a fragilidade das instituições e as deficiências em recursos humanos, e judicioso pensar que estamos perante uma oportunidade histórica de lançar os fundamentos de uma agricultura sustentável e de baixo uso de inputs externos (LEISA), que se oferece como uma estratégia realista visando a segurança alimentar, o controle do processo pelos actores, o respeito pelos ecossistemas e a modernização a médio ou longo prazo.

Para terminar, volto a colocar uma questão, agora de forma diferente. Como delinea uma estratégia que possa reverter a insustentabilidade do nosso desenvolvimento para uma proposta de desenvolvimento sustentável para Angola? Eis uma tentativa de resposta, procurando respeitar os oito pontos antes referidos:

1. Lutando para diminuir a dependência do petróleo
2. Investindo no conhecimento científico do território e das gentes angolanas;
3. Promovendo o desenvolvimento dos recursos humanos do país;
4. Fomentando políticas e práticas que levem ao respeito e a preservação do ambiente;
5. Voltando as atenções para o interior do país e para o potencial de recursos existentes;
6. Estimulando o desenvolvimento de uma agricultura sustentável;
7. Procurando conhecer e enfrentar a realidade e abandonar os mitos;
8. Favorecendo a criação de instituições endógenas reconhecidas e geridas pela população;
9. Criando bases de um futuro poder local que permita a concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento local;

10. Envolvendo actores nos processos de tomada de decisão e na definição de políticas publicas.

Huambo, 8 de Outubro de 2003